

HABITAT CAPITAL PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.

CNPJ/ME nº 30.186.560/0001-43

NIRE 35.235.228.205

9ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas:

A. MAHARIB CONSULTORIA PARTICIPAÇÕES EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, 11º andar, conjunto 1104, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ/ME sob nº 25.376.239/0001-91, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 35.601.519.191, neste ato devidamente representada por **Marcelo Jeha Kayath**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.469.985 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 665.288.287-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 1.151, apto. 14, Itaim Bibi, CEP 04542-012 (“Maharib”);

B. TRINUS CO. PARTICIPAÇÕES S.A. (anteriormente denominada GTC PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA.), sociedade anônima com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 72, nº 325, Quadra C14, Lotes 10/13, Sala 1207, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, CEP 74805-480, inscrita no CNPJ/ME sob nº 21.009.700/0001-17, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob NIRE 52.203.386.61-5, neste ato representada por **Diego Siqueira Santos**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.352.612 DGPC/GO, inscrito no CPF/ME sob nº 002.624.081-55, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 14-A, S/N, Quadra B-31, Lote 12-E, Edifício Imperador, Torre Augusto, Jardim Goiás, Goiânia, Estado de Goiás, CEP nº 74.810-190, e **Giovanna Ferreira Dutra**, brasileira, solteira, maior, relações públicas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.998.710 SSP/GO, inscrita no CPF/ME sob nº 001.053.391-56, residente e domiciliada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua do Boto, quadra 60, lote 07, Condomínio Prive Atlântico, Jardim Atlântico, CEP 74343-120 (“Trinus”);

C. SAXON CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, nº 122, apto. 41, Itaim Bibi, CEP 04533-050, inscrita no CNPJ/ME sob nº 25.426.681/0001-85, com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP sob NIRE 35.231.575.741, neste ato devidamente representada por **Edward Bertram Gemha Weaver**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.989.951-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 261.552.018-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, nº 122, apto. 41, Itaim Bibi, CEP 04533-050 (“Saxon”);

D. CAMILA DE PAULA XAVIER DE ALMEIDA, brasileira, solteira, maior, engenheira de produção, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7866303-0 SESP/PR, inscrita no CPF/ME sob nº 068.247.429-02, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aleixo Garcia, nº 40, apto. 92, Vila Olímpia, CEP 04545-010 (“Camila”);

E. JULIANA PEDROZA DE CARVALHO, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 34709142, emitida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 352.787.168-35, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Fiandeiras, nº 148, apto. 32, Vila Olímpia, CEP 04545-000 (“Juliana”);

F. HENRIQUE DE LORENZO MESSINA SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 38.231.875-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 409.851.628-48, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Al. Itú, nº 859, apto. 43, Jardim Paulista, CEP 01421-003 (“Henrique” em conjunto com Maharib, Trinus, Saxon, Camila, Juliana os “Sócios retirantes”);

G. EDUARDO NAJJAR ROQUE JÚNIOR, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 38.975.263-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 440.819.538-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Washington Luis, nº 1.576, apto. 221-D, Santo Amaro, CEP 04662-002 (“Eduardo”);

H. FLAVIA AGUIAR ARRANZ LUZ, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.871.511-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 230.496.018-92, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Benois, nº 17, apto. 42, bloco A, Vila Andrade, CEP 05729-090 (“Flávia”); e

I. XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar (parte), CEP 04543-907, inscrita no CNPJ/ME sob nº 16.789.525/0001-98, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob NIRE 35.226.899.216, neste ato representada nos termos do seu contrato social por, seu procurador, **Thomaz Miguel Costa Carpes Borges**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/SP nº 285.834, inscrito no CPF/ME sob o nº 338.250.238-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar (parte), CEP 04543-907 (“XP” e, em conjunto com Eduardo e Flávia os “Sócios Remanescentes”);

únicos sócios da **HABITAT CAPITAL PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, conjunto 101, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.186.560/0001-43, com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.235.228.205, em sessão de 12 de abril de 2018 (“Sociedade”), têm entre si, justo e contratado, alterar o contrato social da Sociedade, dispensando a realização de reunião de sócios

de acordo com o art. 1.072, §3º da Lei nº 10.406 de 10 de dezembro de 2002 (“Código Civil”), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS PARA XP

1.1. A sócia **Maharib**, neste ato, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.1. é feita com a expressa anuência dos demais sócios, que renunciam expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto.

1.2. A sócia **Trinus**, neste ato, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.2. é feita com a expressa anuência dos demais sócios, que renunciam expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto

1.3. A sócia **Saxon**, neste ato, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.3. é feita com a expressa anuência dos demais sócios, que renunciam expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto

1.4. A sócia **Camila**, neste ato, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.4. é feita com a expressa anuência dos demais sócios, que renunciam expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto

1.5. A sócia **Juliana**, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.1. é feita com a expressa anuência dos demais sócios,

que renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto;

1.6. O sócio **Henrique**, neste ato, cede e transfere à **XP**, a título oneroso, conforme instrumento em apartado, 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$1,00 cada, com tudo que representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza. A cessão e transferência de quotas deste item 1.6. é feita com a expressa anuência dos demais sócios, que renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência com relação a tal cessão de quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto;

1.7. Em virtude das deliberações acima, os sócios decidem alterar a Cláusula 2.1 do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

<i>SÓCIO</i>	<i>QUOTAS</i>	<i>VALOR NOMINAL</i>	<i>PARTICIPAÇÃO</i>
<i>XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA.</i>	<i>99.998</i>	<i>R\$ 99.998,00</i>	<i>99,998%</i>
<i>EDUARDO NAJJAR ROQUE JUNIOR</i>	<i>1</i>	<i>R\$ 1,00</i>	<i>0,001%</i>
<i>FLÁVIA AGUIAR ARRANZ JUNIOR</i>	<i>1</i>	<i>R\$ 1,00</i>	<i>0,001%</i>
<i>TOTAL</i>	<i>100.000</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>	<i>100%</i>

2.1.1. A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”).

2.1.2. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na Cláusula Sétima abaixo.

2.1.3. Integralizadas as quotas, o capital social poderá ser aumentado, observado o direito de preferência dos Sócios para participar do aumento, na proporção das quotas que sejam titulares.”

2. ALTERAÇÃO DE DIRETORES

2.1. Os Sócios Remanescentes resolvem, por unanimidade e sem ressalvas, destituir os administradores: (i) **Camila de Paula Xavier de Almeida**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade nº 78663030, emitida pela SESP/PR, inscrita no CPF/ME sob o nº 068.247.429-02, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aleixo Garcia, nº 40, apto. 92, Vila Olimpia, CEP 04545-010 do cargo de Diretora de Gestão; (ii) **Edward Bertram Gemha Weaver**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 20.989.951-7, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 261.552.018-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, nº 122, apto. 41, Itaim Bibi, CEP 04533-050 do cargo de Diretor de Compliance, Risco e PLD; e (iii) **Marcelo Jeha Kayath**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 5.469.985, emitida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 665.288.287-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 1.151, apto. 14, Itaim Bibi, CEP 04542-012 do cargo de Diretor sem designação específica.

2.2. Os diretores ora destituídos, por meio deste ato, outorgam à Sociedade e aos Sócios Remanescentes, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação ao período em que ocuparam os cargos de Diretores, nada mais tendo a reclamar ou receber, seja a que título for, hoje ou futuro, em juízo ou fora dele.

2.3. Em razão das destituições, os Sócios Remanescentes decidem eleger, o Srs. **Andre Masseti**, brasileiro, casado, gestor de fundos, portador da Cédula de Identidade nº 25077993, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 224.749.348-39 como **Diretor de Gestão de Recursos**, o Sr. **Bruno Ribeiro de Castro**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº **1801891**, emitida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 707.760.401-20 como **Diretor de Gestão de Riscos**, o Sr. **Bernardo Amaral Botelho**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 1014311559, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.015.787-81 como **Diretor de Compliance** e **Fabício Cunha de Almeida**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 0201679099, emitida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 056.388.647-17 e **Pedro Eduardo Cassab Carraz**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.661.488-4 DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 109.067.257-80 como **Diretores sem designação específica**;

2.4. Os Diretores eleitos declaram, expressamente, para todos os fins e efeitos legais, não estarem impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem ter sido condenado (ou encontra-se por efeito de condenação) (a) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (b) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato; ou (c) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade

2.5. Em decorrência das deliberações acima, a Cláusula 3 do contrato social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“3.1. A administração da Sociedade será exercida por até 7 (sete) administradores, denominados conjuntamente como “Diretores” ou individualmente como “Diretor”, sendo 1 (um) **Diretor de Gestão de Recursos**, 1 (um) **Diretor de Gestão de Riscos**, 1 (um) **Diretor de Compliance** e os demais **Diretores sem designação específica**. Os administradores serão eleitos para mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, os quais estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Com o término do mandato, os membros da Administração permanecerão em seus cargos até que ocorra nova eleição.*

3.1.1. Os Administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura: (a) dos respectivos termos de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição; ou (b) da própria alteração contratual e/ou do documento em separado que os tiver elegido.

3.1.2. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento permanente de qualquer cargo de Administrador, será imediatamente convocada uma Reunião de Sócios para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído.

3.1.3. Os Administradores poderão, a qualquer tempo, ser destituídos de suas funções, em virtude de resolução aprovada pelos sócios representando a maioria do capital social e obedecidos os preceitos do Código Civil Brasileiro.

3.1.4. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer dos Administradores, procuradores da Sociedade ou empregados da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou transações estranhas ao seu objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros.

3.1.5. Para atender as resoluções da CVM é definido que pelo menos 1 (um) dos Administradores deverá ser administrador de carteira de valores mobiliários autorizados pela CVM.

*3.1.6. Nos termos do art. 4º, incisos III, IV e V da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015 (“**Instrução 558**”), a Sociedade contará, respectivamente, com (a) um Diretor de Gestão de Recursos, autorizado pela CVM, ao qual caberá a responsabilidade pela gestão de recursos, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à atualização anual do Formulário de Referência da Sociedade e ao ajuste à exposição a risco das carteiras geridas, bem como a criação de comitês não estatutários para o exercício de atribuições específicas e a permanente comunicação com o Diretor de Gestão de Riscos; (b) um Diretor de Compliance, ao qual caberá a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento de regras, políticas, procedimento e controle internos adotados pela Sociedade, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à elaboração de relatório contendo conclusões de exames efetuados e recomendações a respeito dos controles internos da Sociedade; e (c) um Diretor de*

Gestão de Riscos, ao qual caberá a responsabilidade pela gestão de riscos da Sociedade, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à verificação do cumprimento da política de gestão de riscos da Sociedade e à elaboração de relatório de exposição a risco de cada carteira gerida.

3.1.7. *Aos Diretores sem designação específica caberá a responsabilidade por todos os demais atos de gestão da Sociedade cuja competência não se atribua aos Diretores de Gestão de Recursos, de Compliance e de Gestão de Riscos.*

3.1.8. *São administradores da Sociedade os Srs. (i) **Andre Masseti**, brasileiro, casado, gestor de fundos, portador da Cédula de Identidade nº 25077993, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 224.749.348-39, como **Diretor de Gestão de Recursos**; (ii); **Bruno Ribeiro de Castro**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1801891, emitida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 707.760.401-20 como **Diretor de Gestão de Riscos**; (iii) **Bernardo Amaral Botelho**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 1014311559, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.015.787-81 como **Diretor de Compliance**; e (iv) **Fabício Cunha de Almeida**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 0201679099, emitida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 056.388.647-17 como **Diretor sem designação específica**; e (v) **Pedro Eduardo Cassab Carraz**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.661.488-4 DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 109.067.257-80, como **Diretor sem designação específica** os quais, desde logo, declaram, expressamente, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (a) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (b) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (c) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.*

3.1.9. *A Sociedade somente se obriga: (a) por ato ou assinatura de 2 (dois) Administradores, agindo em conjunto; ou (b) por ato ou assinatura de 1 (um) procurador com poderes especiais, agindo dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato; ou (c) por ato ou assinatura de 1 (um) Administrador e 1 (um) procurador.*

3.1.10. *As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser sempre e exclusivamente assinadas por 2 (dois) Administradores, devendo ser expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção daquelas com poderes “ad judícia”, terão prazo de validade determinado.”*

3. REFORMA, RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Os Sócios Remanescentes resolvem, por unanimidade e sem ressalvas, excluir a previsão do Comitê Operacional do Contrato Social da Sociedade.

3.2. Os Sócios Remanescentes decidem, por unanimidade e sem ressalvas, alterar as Cláusulas 4.1 e 4.2 do Contrato Social da Sociedade, passando a Cláusula 4 do Contrato Social a vigorar com a seguinte nova redação:

“4.1. Os Sócios Eduardo Najjar Roque Júnior e Flavia Aguiar Arranz Luz não poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas a terceiros ou entre si, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Sócia XP Vista Asset Management Ltda. Se um dos Sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar sua intenção aos demais Sócios, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e seus haveres, apurados em balanço especialmente levantado na ocasião, ser-lhe-ão pagos em 60 (sessenta) dias contados do ato da assinatura da competente alteração contratual.

4.1.1. A cessão de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros a partir do arquivamento do respectivo instrumento, sendo que, até 2 (dois) anos após tal arquivamento, a cedente responderá solidariamente com o cessionário, perante a Sociedade e a terceiros, pelas obrigações que tinha como Sócio.

4.2. A retirada de qualquer dos Sócios não implicará na extinção da Sociedade, permanecendo em vigor o Contrato Social, com todos os seus efeitos.”

3.3. Os Sócios Remanescentes, decidem, por unanimidade e sem ressalvas, excluir a Cláusula 5.5.1 e alterar a Cláusula 5.5 a qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“5.5. Exceto se quórum maior for exigido por lei, as deliberações dos Sócios serão tomadas em reunião pelos votos dos Sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total.”

3.4. Por fim, os Sócios Remanescentes decidem ratificar todas as demais cláusulas do contrato social que não foram alteradas pelo presente instrumento e consolidá-lo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“CONTRATO SOCIAL DA
HABITAT CAPITAL PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.**

NIRE 35.235.228.20-5

CNPJ nº 30.186.560/0001-43

1. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1. A Sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **HABITAT CAPITAL PARTNERS ASSET MANAGEMENT LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, conjunto 101, Vila Nova Conceição, CEP

04544-051, podendo abrir filiais e escritórios em qualquer localidade do território nacional ou exterior, conforme deliberação dos Sócios, observadas as formalidades legais.

1.2. A Sociedade tem por objeto social: (i) administração de carteiras de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros; e (ii) a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil e/ou no exterior.

1.3. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

2. DO CAPITAL SOCIAL

2.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR NOMINAL	PARTICIPAÇÃO
XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA.	99.998	R\$ 99.998,00	99,998%
EDUARDO NAJJAR ROQUE JUNIOR	1	R\$ 1,00	0,001%
FLÁVIA AGUIAR ARRANZ JUNIOR	1	R\$ 1,00	0,001%
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00	100%

2.1.1. A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”).

2.1.2. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na Cláusula Sétima abaixo.

2.1.3. Integralizadas as quotas, o capital social poderá ser aumentado, observado o direito de preferência dos Sócios para participar do aumento, na proporção das quotas que sejam titulares.

3. DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A administração da Sociedade será exercida por até 7 (sete) administradores, denominados conjuntamente como “Diretores” ou individualmente como “Diretor”, sendo ao menos 1 (um) **Diretor de Gestão de Recursos**, 1 (um) **Diretor de Gestão de Riscos**, 1 (um) **Diretor de Compliance** e os demais **Diretores sem designação específica**. Os administradores serão eleitos

para mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, os quais estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Com o término do mandato, os membros da Administração permanecerão em seus cargos até que ocorra nova eleição.

3.1.1. Os Administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura: (a) dos respectivos termos de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição; ou (b) da própria alteração contratual e/ou do documento em separado que os tiver elegido.

3.1.2. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento permanente de qualquer cargo de Administrador, será imediatamente convocada uma Reunião de Sócios para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído.

3.1.3. Os Administradores poderão, a qualquer tempo, ser destituídos de suas funções, em virtude de resolução aprovada pelos sócios representando a maioria do capital social e obedecidos os preceitos do Código Civil Brasileiro.

3.1.4. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer dos Administradores, procuradores da Sociedade ou empregados da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou transações estranhas ao seu objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros.

3.1.5. Para atender as resoluções da CVM é definido que pelo menos 1 (um) dos Administradores deverá ser administrador de carteira de valores mobiliários autorizados pela CVM.

3.1.6. Nos termos do art. 4º, incisos III, IV e V da Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015 (“Instrução 558”), a Sociedade contará, respectivamente, com ao menos (a) um Diretor de Gestão de Recursos, autorizado pela CVM, ao qual caberá a responsabilidade pela gestão de recursos, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à atualização anual do Formulário de Referência da Sociedade e ao ajuste à exposição a risco das carteiras geridas, bem como a criação de comitês não estatutários para o exercício de atribuições específicas e a permanente comunicação com o Diretor de Gestão de Riscos; (b) um Diretor de Compliance, ao qual caberá a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento de regras, políticas, procedimento e controle internos adotados pela Sociedade, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à elaboração de relatório contendo conclusões de exames efetuados e recomendações a respeito dos controles internos da Sociedade; e (c) um Diretor de Gestão de Riscos, ao qual caberá a responsabilidade pela gestão de riscos da Sociedade, conforme a regulamentação aplicável, incluindo mas não se limitando à verificação do cumprimento da política de gestão de riscos da Sociedade e à elaboração de relatório de exposição a risco de cada carteira gerida.

3.1.7. Aos Diretores sem designação específica caberá a responsabilidade por todos os demais atos de gestão da Sociedade cuja competência não se atribua aos Diretores de Gestão de Recursos, de Compliance e de Gestão de Riscos.

3.1.8. São administradores da Sociedade os Srs. (i) **Andre Masseti**, brasileiro, casado, gestor de fundos, portador da Cédula de Identidade nº 25077993, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 224.749.348-39, como **Diretor de Gestão de Recursos**; (ii); **Bruno Ribeiro de Castro**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 1801891, emitida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 707.760.401-20 como **Diretor de Gestão de Riscos**; (iii) **Bernardo Amaral Botelho**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 1014311559, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.015.787-81 como **Diretor de Compliance**; e (iv) **Fabício Cunha de Almeida**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 0201679099, emitida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 056.388.647-17 como **Diretor sem designação específica**; e (v) **Pedro Eduardo Cassab Carraz**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.661.488-4 DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 109.067.257-80, como **Diretor sem designação específica** os quais, desde logo, declaram, expressamente, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (a) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (b) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (c) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

3.1.9. A Sociedade somente se obriga: (a) por ato ou assinatura de 2 (dois) Administradores, agindo em conjunto; ou (b) por ato ou assinatura de 1 (um) procurador com poderes especiais, agindo dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato; ou (c) por ato ou assinatura de 1 (um) Administrador e 1 (um) procurador.

3.1.10. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser sempre e exclusivamente assinadas por 2 (dois) Administradores, devendo ser expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção daquelas com poderes “ad judícia”, terão prazo de validade determinado.

4. DA CESSÃO DE QUOTAS E DA RETIRADA DE SÓCIO

4.1. Os Sócios Eduardo Najjar Roque Júnior e Flavia Aguiar Arranz Luz não poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas a terceiros ou entre si, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Sócia XP Vista Asset Management Ltda. Se um dos Sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar sua intenção aos demais Sócios, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e seus haveres, apurados em balanço especialmente levantado na ocasião, ser-lhe-ão pagos em 60 (sessenta) dias contados do ato da assinatura da competente alteração contratual.

4.1.1. A cessão de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros a partir do arquivamento do respectivo instrumento, sendo que, até 2 (dois) anos após tal arquivamento, a cedente responderá solidariamente com o cessionário, perante a Sociedade e a terceiros, pelas obrigações que tinha como Sócio.

4.2. A retirada de qualquer dos Sócios não implicará na extinção da Sociedade, permanecendo em vigor o Contrato Social, com todos os seus efeitos.

5. DAS REUNIÕES DE SÓCIOS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

5.1. As deliberações sociais previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de Sócios, em alterações do Contrato Social ou outros atos de deliberação conjunta da Sociedade.

5.1.1. A reunião de Sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os Sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita.

5.1.2. Qualquer Sócio poderá ser representado nas deliberações sociais por outro Sócio, advogado ou procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes.

5.2. As reuniões de Sócios serão convocadas por qualquer Diretor da Sociedade, mediante envio de carta registrada ou protocolada, com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência.

5.2.1. A convocação deverá especificar o dia, hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os Sócios acordem diferentemente.

5.2.2. Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os Sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

5.3. A reunião de Sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total, e, em segunda convocação, com qualquer número.

5.4. As reuniões serão presididas por Sócio, representante de Sócio, Diretor ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a nomeação do secretário.

5.4.1. Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião, ata assinada pelos membros da mesa e pelos Sócios presentes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

5.4.2. Cópia da ata de reunião autenticada pela Diretoria, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação, se necessário.

5.4.3. A administração da Sociedade entregará cópia autenticada da ata de reunião ao Sócio que a solicitar.

5.5. Exceto se quórum maior for exigido por lei, as deliberações dos Sócios serão tomadas em reunião pelos votos dos Sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total.

6. DO EXERCÍCIO SOCIAL

6.1. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social os administradores deverão elaborar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária aplicável e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6.1.1. As contas dos administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos Sócios ao término do exercício social e aprovadas por Sócio ou Sócios titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total.

6.1.2. A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por Sócio ou Sócios titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total. Os sócios participarão dos lucros e perdas da Sociedade na proporção de sua participação no capital social, ressalvada a possibilidade de distribuição desproporcional de lucros.

6.1.3. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

6.1.4. A Sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação dos Sócios titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total.

7. DA LIQUIDAÇÃO E DA DISSOLUÇÃO

7.1. A Sociedade somente será dissolvida por deliberação de seus Sócios, em conformidade com o disposto no presente Contrato Social ou nos casos previsto em lei. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o saldo então apurado será atribuído aos Sócios na proporção de suas participações no capital social.

7.1.1. A Sociedade não se dissolverá pela falência, recuperação judicial ou extrajudicial, retirada, amigável ou judicial, de qualquer um dos Sócios, desde que os Sócios remanescentes

concordem em adquirir, para si ou para a Sociedade, as quotas do Sócio falido, em recuperação judicial ou extrajudicial, ou retirante, sendo os haveres pagos na forma do item 4.1. acima.

7.2. No caso de liquidação e dissolução da Sociedade, os Sócios designarão um ou mais liquidantes, estabelecendo seus poderes, deveres e remuneração, nos moldes deste Contrato Social.

7.2.1. A cada 06 (seis) meses, ou sempre que necessário, o liquidante deverá apresentar aos Sócios o relatório e o balanço do estado de liquidação, prestando conta dos atos praticados durante respectivo período.

7.2.2. Realizado o ativo, pago o passivo e partilhado o remanescente, se houver, o liquidante apresentará aos Sócios, para aprovação, o relatório final da liquidação e o balanço de encerramento.

8. DA REGÊNCIA

8.1. A Sociedade será regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições inseridas no capítulo próprio das sociedades limitadas no Código Civil, sendo, ainda, regida de forma supletiva pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

9. DO FORO

9.1. Os Sócios elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que este seja ou possa vir a ser.”

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam eletronicamente o presente instrumento, em conjunto com 2 testemunhas.

São Paulo/SP, 27 de setembro de 2022.

Sócios:

DocuSigned by:
MARCELO JEHA KAYATH
CFAF7ECD490C48C...
**MAHARIB CONSULTORIA E
PARTICIPAÇÕES EIRELI**
p. Marcelo Jeha Kayath

DocuSigned by:
Diego Siqueira Santos
CCA62D477C8D4ED...
DocuSigned by:
Giovanna Ferreira Dutra
633CB0DB269B4E3...
TRINUS CO. PARTICIPAÇÕES S.A.
p. Diego Siqueira Santos e Giovanna Ferreira
Dutra

DocuSigned by:
Edward Bertram Gemha Weaver
98843540A71A498...

DocuSigned by:
Henrique de Lorenzo Messina
20A9047A8E1242F...

SAXON CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
p. Edward Bertram Gemha Weaver

HENRIQUE DE LORENZO MESSINA SANTOS

DocuSigned by:
Camila de Paula Xavier de Almeida
AA04982A33514A4...

DocuSigned by:
Juliana Pedroza de Carvalho
FAC36475B857474...

CAMILA DE PAULA XAVIER DE ALMEIDA

JULIANA PEDROZA DE CARVALHO

DocuSigned by:
EDUARDO NAJJAR ROQUE JUNIOR
EB9FAE1D27EB427...

DocuSigned by:
Flávia Aguiar Arranz Luz
7EB1DAABDF3B4E7...

EDUARDO NAJJAR ROQUE JUNIOR

FLÁVIA AGUIAR ARRANZ LUZ

DocuSigned by:
Thomaz Miguel Costa Carpes Borges
74D34AC0BD64495...

XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA.
p.p. Thomaz Miguel Costa Carpes Borges

Testemunhas:

1. DocuSigned by:
Patrícia Manzo Alvim Tostes
814C36D051D94D8...

Patrícia Manzo Alvim Tostes
OAB/RJ 229.074
CPF: 127.265.796-07

2. DocuSigned by:
Carolina Lube Ferreira
4D6214A0636E4F7...

Carolina Lube Ferreira
OAB/RJ 233.336
CPF: 173.671.327-25